

A31 - ANALISTA DO MPU - SERVIÇO SOCIAL

PROVA OBJETIVA E PROVA DISCURSIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo 80 questões objetivas e uma redação, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- um caderno de textos definitivos para a transcrição da redação



TEMPO

- **4 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação das alternativas na folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição da redação para o caderno de textos definitivos
- **3 horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de provas
- Assinar ou rubricar o caderno de textos definitivos nem fazer qualquer marca que identifique o candidato, sob pena de anulação e automática eliminação do concurso



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se este caderno de provas está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências
- Na folha de respostas das questões objetivas e no caderno de textos definitivos da questão discursiva, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchimento
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul**
- Assine seu nome **apenas nos espaços reservados** na folha de respostas e no caderno de textos definitivos
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de provas com cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas e/ou em seu caderno de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento da folha de respostas e do caderno de textos definitivos é de sua responsabilidade e, em caso de erro, não será permitida a sua substituição
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e as transcrições no caderno de textos definitivos
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

PROVA OBJETIVA

MÓDULO I

Língua Portuguesa

1

Leia o texto abaixo:

“O problema em matéria de audição vem do fato de que o cérebro é um órgão muito rápido e que se pensa muito mais depressa do que se fala. Assim que escutamos uma pessoa, solicitamos ao cérebro que trabalhe muito mais lentamente em comparação com sua capacidade. Entretanto, não chegamos realmente a reduzir a velocidade do cérebro; enquanto registramos as palavras transmitidas pelo emissor, o cérebro continua a tratar as centenas de palavras e a fazer associações de ideias. Em outros termos, quando escutamos, nos resta algum tempo livre para pensar. É o emprego desse tempo livre que torna a escuta boa ou má”.

Levando em consideração que o conteúdo temático do texto é de difícil acesso pelo leitor comum, o processo utilizado para tornar esse conteúdo mais claro foi:

- (A) indicar a estruturação do texto no início da leitura;
- (B) acrescentar exemplos práticos ao texto;
- (C) reformular as informações já dadas;
- (D) utilizar sinônimos mais comuns para termos difíceis;
- (E) repetir informações com os mesmos termos.

2

Todas as frases abaixo contêm pleonasmos, ou seja, repetições desnecessárias de palavras, que foram modificadas na reescritura dessas frases.

A frase em que o processo de reescritura NÃO elimina o pleonismo original é:

- (A) Tenho o desejo de rever de novo o filme *O Protetor 2* / Tenho o desejo de ver de novo o filme *O Protetor 2*;
- (B) Segundo ele, ele crê que esse vocábulo é um neologismo / Ele crê que esse vocábulo é um neologismo;
- (C) Os alunos dessa turma mutuamente se ajudam / Os alunos dessa turma se ajudam;
- (D) Os exterminadores de insetos eliminaram completamente as pulgas dos cães / Os exterminadores eliminaram completamente as pulgas dos cães;
- (E) Analisaram a situação e depois, em seguida, propuseram soluções / Analisaram a situação; em seguida propuseram soluções.

3

Observe a seguinte frase:

“Ele ficou esgotado porque correu muito”.

A maneira de reescrevê-la que modifica o seu sentido original é:

- (A) Se ele correu muito, ficou esgotado;
- (B) Ele sentiu-se esgotado por ter corrido muito;
- (C) Já que correu muito, sentiu-se esgotado;
- (D) Porque correu muito, ficou esgotado;
- (E) Seu esgotamento ocorreu por ter corrido muito.

4

Todas as frases abaixo empregaram processos para evitar-se a repetição de termos idênticos.

A frase em que o processo usado foi a utilização de um termo de sentido mais geral (hiperônimo) é:

- (A) Meus alunos estudaram bastante e, por isso, eles merecem uma recompensa;
- (B) Entrou na avenida batendo tambor, mas o instrumento não resistiu por muito tempo;
- (C) Arrumando os discos, decidi vender aqueles que eu não escuto mais;
- (D) O proprietário do imóvel reuniu os inquilinos e, após alguns minutos, esse grande orador nos convenceu do aumento;
- (E) Traga suas fotografias para que eu as possa ver; as minhas fotos eu mostro depois.

5

Em todas as frases abaixo, há termos de ligação sublinhados.

A frase em que esse termo se refere à estrutura do texto e não a fatos reais é:

- (A) Cheguei atrasado ao trabalho e, por causa disso, fui multado em 10% dos meus vencimentos;
- (B) À proporção que leio o livro, mais me apaixono pela figura humana de Van Gogh;
- (C) Logo após o relato de sua doença, o personagem interrompeu a narrativa por vários dias;
- (D) Os estudantes ficaram tão chateados com os resultados da prova, que decidiram fazer uma greve;
- (E) Os alunos leram os livros encomendados pelo mestre, mas alguns deles não apreciaram a tarefa.

6

Em todas as frases abaixo, as orações adjetivas sublinhadas foram substituídas por termos de sentido equivalente.

A única substituição que mostra um termo equivalente de sentido diferente do que se mostra na oração sublinhada é:

- (A) O secretário tem um caráter que muda frequentemente / instável;
- (B) Ele mostra um tipo de risada que se comunica facilmente / estridente;
- (C) Era um político que sabia tirar partido das circunstâncias / esperto;
- (D) Era um homem que mantinha sua palavra / honrado;
- (E) Eles tinham prestado ajuda a uma população que morria de fome / faminta.

7

As frases abaixo mostram uma palavra sublinhada para a qual se apresenta um substituto entre parênteses.

A frase em que o novo termo assinala uma progressão ascendente de significação é:

- (A) Picasso era um pintor talentoso (genial);
- (B) Um conflito (diferença) opõe patrões e empregados;
- (C) Foram feitos progressos notáveis (apreciáveis);
- (D) O conferencista falava de forma polida (delicada);
- (E) Seus termos foram grosseiros (vulgares).

8

A definição de um vocábulo deve respeitar a natureza do vocábulo.

Entre as definições abaixo, aquela que procede desse modo, tornando-se uma definição válida, é:

- (A) refutação: destruir por argumentos sólidos as afirmações de outrem;
- (B) molestar: quando se provoca violência a alguém;
- (C) indolente: deixar de trabalhar, ficar passivo;
- (D) sucintamente: expressar-se em poucas palavras;
- (E) correto: aquele que age com correção.

9

Observe o seguinte texto:

“Nem sempre os ditados populares dão aulas positivas; como dizia Millôr Fernandes, ‘Devagar se vai ao longe, mas quando se chega lá, não se encontra mais ninguém’”.

Nesse texto, a citação tem a função de:

- (A) participar a descoberta de um texto que traz prazer;
- (B) fazer progredir culturalmente um texto;
- (C) dar a conhecer uma opinião diversa da do autor;
- (D) indicar algo que apoia a ideia do texto;
- (E) fornecer um exemplo típico do estilo de um autor.

10

Observe a seguinte frase: “Dá-lhes o dinheiro necessário!”.

A única frase abaixo em que houve uma forma adequada de apassivação dessa frase é:

- (A) Que lhes seja dado o dinheiro necessário;
- (B) Dá-se-lhes o dinheiro necessário;
- (C) O dinheiro necessário lhes será dado;
- (D) Tem-lhes dado o dinheiro necessário;
- (E) O dinheiro necessário lhes teria sido dado.

11

Todas as frases abaixo mostram solicitações ou conselhos de forma direta ou indireta.

A frase que mostra uma forma indireta é:

- (A) Você aceita uma sobremesa?
- (B) Proíbo você de continuar com essa história;
- (C) Aconselho a todos a leitura de Guimarães Rosa;
- (D) Eu te peço para comprares a casa;
- (E) Se seu pai venceu na vida, ele trabalhou muito!

12

Na frase “Infelizmente, meu amigo se esqueceu de dar o aviso da entrevista para o pobre Marcelo”, cruzam-se duas funções de linguagem, que são:

- (A) referencial e fática;
- (B) conativa e metalinguística;
- (C) metalinguística e referencial;
- (D) emotiva e conativa;
- (E) fática e emotiva.

13

A frase abaixo que mostra uma forma verbal inaceitável em relação à norma culta da língua portuguesa é:

- (A) Se você requerer o diploma, ele lhe será dado;
- (B) Se você dispuser de dinheiro, tudo fica mais fácil;
- (C) Se você vir o filme, vai ficar contente;
- (D) Se você intervier na discussão, ela termina;
- (E) Se você dizer a verdade, será melhor para todos.

14

Compare as duas frases abaixo:

- Dê-me aquela caixa.

- Me dá aquela caixa.

A segunda frase mostra o seguinte efeito em relação à primeira:

- (A) atenuação do valor de formalidade;
- (B) ênfase na ideia de ordem;
- (C) supressão da polidez;
- (D) suavização da ideia de pedido;
- (E) realce da ideia de tempo presente.

15

Observe a seguinte frase:

“Não cheguei a assistir o início do show no final de ano”.

A frase abaixo em que o verbo “assistir” é empregado no mesmo sentido que mostra na frase acima é:

- (A) Não assiste a você o dever de estar presente;
- (B) O professor deve assistir a todos os alunos;
- (C) O avô sempre foi assistido por todos os netos;
- (D) Não se pode assistir parado a uma agressão dessas;
- (E) O médico lhe assistiu nos últimos momentos.

Noções de Sustentabilidade

16

A Constituição Federal trouxe um rico capítulo dispondo sobre a proteção ao meio ambiente para as presentes e futuras gerações, estabelecendo que todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Em relação aos princípios, normas e regras estabelecidos no Art. 225 da Constituição Federal sobre Meio Ambiente, é correto afirmar que:

- (A) será inferior à dos combustíveis fósseis e de hidrelétricas o regime fiscal para os biocombustíveis, tecnologias de baixo carbono e para o hidrogênio verde para garantir diferenciais competitivos, especialmente em relação às contribuições parafiscais;
- (B) são consideradas cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, ainda que sejam manifestações culturais registradas como bens de natureza imaterial integrantes do patrimônio cultural brasileiro e que assegurem o bem-estar dos animais envolvidos;
- (C) são patrimônio nacional os biomas da floresta amazônica brasileira, da mata atlântica, caatinga, pampas sulinos, serra do mar e o pantanal mato-grossense, e sua utilização far-se-á na forma de lei complementar, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais;
- (D) incumbe ao poder público e à coletividade o dever de preservar e manter os processos ecológicos essenciais naturais e promover o manejo ecológico das espécies endêmicas e exóticas dos ecossistemas;
- (E) incumbe ao poder público definir os espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas apenas por meio de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justificam sua proteção.

17

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é um programa do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima que objetiva estimular as instituições públicas do país a implementarem práticas de sustentabilidade. O programa se destina às instituições públicas das três esferas (federal, estadual e municipal) e dos três poderes da República (executivo, legislativo e judiciário).

Nesse contexto, é correto afirmar que:

- (A) essa agenda é de adesão compulsória e possibilita que a instituição parceira, por meio de organizações sociais, promova a preservação e conservação do meio ambiente, ao mesmo tempo em que otimiza a utilização dos recursos públicos em detrimento de outras áreas;
- (B) o programa está estruturado em seis eixos temáticos: uso racional dos recursos naturais e bens públicos; gestão de resíduos gerados; qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação dos servidores; compras públicas sustentáveis; e construções sustentáveis;
- (C) o acesso a esse serviço, não reconhecido pela Unesco, ocorre por meio de assinatura do Termo de Adesão à A3P, que possui duração de cinco anos, sendo que, ao término da vigência da adesão, não é possível realizar nova adesão, de modo que ela está limitada a um único período;
- (D) o Ministério Público, durante os cinco anos de vigência da adesão, acompanhará as ações implementadas pelo órgão parceiro, prestando o assessoramento técnico necessário para o atingimento dos objetivos pactuados em plano de trabalho e corrigindo eventuais falhas;
- (E) os usuários serão atendidos consoante seu grau de prioridade e preferência, obedecidas as diretrizes de eficiência, celeridade, urbanidade e ética, de forma remota, inexistindo a possibilidade de atendimento presencial nesse programa.

18

As mudanças climáticas estão cada vez mais presentes em eventos recentes como as enchentes do Rio Grande do Sul ou os incêndios em Los Angeles. Nesse contexto, a partir da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que procura estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa, cada país está estabelecendo sua própria política pública interna. No Brasil, trata-se da Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC (Lei nº 12.187/2009).

Sobre a Lei nº 12.187/2009, é correto afirmar que a PNMC:

- (A) busca a promoção e o desenvolvimento nacional de pesquisas científico-tecnológicas, bem como a difusão de tecnologias, processos e práticas orientados a mitigar a mudança do clima por meio de sumidouros de gases de efeito estufa implantados pelo poder público, adotando as medidas de adaptação possíveis, independentemente de vulnerabilidades e do setor produtivo;
- (B) e as ações dela decorrentes, executadas sob a responsabilidade dos entes políticos e dos órgãos da administração pública, observarão os princípios da precaução, da prevenção, da participação cidadã, do desenvolvimento sustentável e o das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, este último no âmbito internacional;
- (C) tem por finalidade o desenvolvimento econômico com a possível proteção do sistema climático, com redução das emissões naturais de gases de efeito estufa em relação às suas diferentes fontes, independentemente de fortalecimento das remoções antrópicas por sumidouros de gases de efeito estufa no território nacional;
- (D) estabelece que a adaptação necessária do contexto socioeconômico deverá ser sustentável, independentemente das comunidades afetadas, buscando segurança energética a partir de combustíveis fósseis e complementariedade de energias renováveis, de modo a compatibilizar e otimizar a produção do país em mesma proporção gradativamente;
- (E) tem como diretriz os compromissos assumidos pelo Brasil no Protocolo de Quioto para obter as ações de mitigação da mudança do clima em detrimento do desenvolvimento sustentável, com as medidas de adaptação para equalização dos efeitos adversos das mudanças e estabilidade do sistema ambiental e econômico.

19

A divisão de atribuições e as modalidades de cooperação entre os entes federativos foram regulamentadas por meio da Lei Complementar (LC) nº 140/2011, que estabeleceu importantes novas regras. Com efeito, o federalismo cooperativo finalmente tem, nos instrumentos de cooperação e colaboração, ferramentas relevantes para a proteção ambiental no país.

Diante do exposto, é correto afirmar que:

- (A) o ente federativo poderá delegar, mediante convênio, a execução de ações administrativas, desde que o ente destinatário da delegação disponha de órgão ambiental capacitado a executar as ações administrativas a serem delegadas e de conselho de meio ambiente;
- (B) a LC nº 140/2011 não reconhece os fundos privados e outros instrumentos econômicos como formas de cooperação, para fins específicos dessa política pública, mas apenas os fundos públicos, embora ela preveja instrumentos como convênios, acordos de cooperação e consórcios públicos;
- (C) a cooperação entre os entes federados implica a autorização legal para que qualquer um deles lavre auto de infração ambiental e instaure processo administrativo em face de empreendimentos licenciados e, concomitantemente, apure as penalidades cabíveis de forma ampla e indistinta;
- (D) a atuação subsidiária consiste em ação do ente da federação que se substitui ao ente federativo original e a atuação supletiva consiste na ação do ente federado que visa a auxiliar no desempenho das atribuições comuns, quando solicitado pelo ente federativo original;
- (E) os instrumentos de cooperação são hierarquizados, sendo as duas formas de delegação (de atribuições de execução de ações) prioritárias nessa política ambiental, e as demais formas, como consórcios, participações públicas, audiências públicas e fundos públicos, instrumentos ordinários de cooperação previstos nessa legislação.

20

Os espaços especialmente protegidos, além do Código Florestal, possuem o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) como uma política pública das mais relevantes para essa finalidade. A divisão de Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável é construída a partir de uma lógica e perspectiva dos atributos que são necessários conservar.

Desse modo, analise as afirmativas a seguir, considerando V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

- I. Embora as unidades de proteção integral tenham como objetivo básico a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitindo, como regra, apenas o uso indireto dos seus atributos naturais, podem, conforme o caso, ser de uso direto, como, por exemplo, o monumento natural.
- II. A criação de unidades de conservação é feita por ato do poder público, precedida de estudos técnicos e de consulta pública, que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, sendo que o subsolo e o espaço aéreo, sempre que influírem na estabilidade do ecossistema, integram os limites da unidade.
- III. A área das unidades de conservação pode ser considerada tanto área rural quanto área urbana, conforme o caso, mas sua zona de amortecimento é, em regra, área urbana, sendo que sua redução de limites pode ser feita por ato do poder público, publicado em Diário Oficial, devidamente motivado, quando necessário.

A sequência correta é:

- (A) V, V, V;
- (B) F, F, F;
- (C) V, F, V;
- (D) V, V, F;
- (E) F, V, V.

Noções de Direitos Humanos e Fundamentais e de Acessibilidade

21

Por ser tema de legítimo interesse internacional, a proteção dos direitos humanos não é reduzida ao domínio reservado do Estado, ou seja, não se restringe à competência nacional exclusiva ou à jurisdição doméstica exclusiva. Contudo, há especificidades no tratamento dos tratados internacionais de proteção dos direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro, que ocorrem de acordo com as regras previstas na Constituição Federal de 1988.

Sobre o tema, analise as afirmativas a seguir, à luz da Constituição Federal e da doutrina majoritária.

- I. Compete privativamente ao presidente da República promulgar um ato internacional, depois de devidamente ratificado, para que este seja incorporado à legislação interna.
- II. No Direito brasileiro vigora um sistema misto, pois, a partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, a Constituição Federal passou a contar com um rito especial para aprovação dos tratados internacionais que versam sobre direitos humanos.
- III. Os tratados internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados por dois quintos dos votos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- IV. Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o procurador-geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Supremo Tribunal Federal, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e IV, apenas;
- (B) III e IV, apenas;
- (C) I, II e III, apenas;
- (D) I, II e IV, apenas;
- (E) I, II, III e IV.

22

Determinado estado brasileiro, ao criar lei que dispõe sobre a prioridade de vaga em escola pública para pessoas com deficiência, estabeleceu: (a) o conceito de pessoas com deficiência como aquelas que necessitam de assistência especial, decorrentes de problemas visuais, auditivos, mentais, motores, ou má formação congênita; (b) a caracterização do impedimento de longo prazo exclusivamente por laudo médico; e (c) a exclusão de escolas sem infraestrutura adequada do propósito de ensino inclusivo para pessoas com deficiência.

Considerando a situação hipotética relatada, analise os itens a seguir de acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência e demais legislações pertinentes, em conformidade com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

- I. A verificação da deficiência restrita a laudo médico-hospitalar contraria o Estatuto da Pessoa com Deficiência, segundo o qual a avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.
- II. O Estatuto da Pessoa com Deficiência define pessoa com deficiência como aquela que tem impedimento de natureza física ou intelectual, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- III. Há possibilidade de o Estado trazer um conceito distinto e mais restrito de pessoa com deficiência com o fim de assegurar prioridade para vagas em escolas públicas próximas à residência.
- IV. Havendo uma conceituação constitucional para pessoa com deficiência, não cabe à lei estadual restringi-la, reduzindo o grupo de destinatários da proteção.
- V. Sobre a não obrigatoriedade do recebimento de estudantes com deficiência em instituições de ensino consideradas despreparadas, a lei pode excluir peremptoriamente tais unidades de ensino do dever de prestar a educação inclusiva.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III, apenas;
- (B) I e IV, apenas;
- (C) II e IV, apenas;
- (D) I, II, III e IV, apenas;
- (E) I, II, III, IV e V.

23

Na exposição de motivos que acompanhou a proposta legislativa da Lei nº 12.990/2014, que regulamenta a reserva de 20% das vagas oferecidas em concursos públicos federais para candidatos negros, constou que o seu objetivo era o de regulamentar o Art. 39 do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010). O Estatuto determina ações capazes de proporcionar um tratamento mais isonômico entre as populações negra e branca. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- (A) a Lei nº 12.990/2014 não estabelece regras que visam a instituir mecanismos compensatórios que se traduzem em ações afirmativas a serem implementadas pelo poder público, embora prescreva normas destinadas a assegurar às pessoas negras a reserva de 20% das vagas em concursos públicos;
- (B) o Estatuto da Igualdade Racial conceitua como desigualdade racial toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, ascendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada;
- (C) classificam-se como ações afirmativas apenas os programas e medidas especiais adotados pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades; já os programas adotados pelo Estado são classificados como políticas públicas;
- (D) o Estatuto da Igualdade Racial estabelece que o poder público promoverá ações que assegurem a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho para a população negra, inclusive mediante a implementação de medidas visando à promoção da igualdade nas contratações do setor público e ao incentivo à adoção de medidas similares nas empresas e organizações privadas;
- (E) o Poder Executivo federal, de acordo com o que estabelece o Estatuto da Igualdade Racial, deverá implementar critérios para provimento de cargos em comissão e funções de confiança destinados a ampliar a participação de negros, buscando reproduzir a estrutura da distribuição étnica nacional ou, quando for o caso, estadual, observados os dados demográficos oficiais.

24

No dia 8 de março de 2023, foi publicado o Decreto nº 11.430, que dispõe sobre ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho como critério de desempate em licitações, criando uma cota para mulheres, neste caso, vítimas de violência, em contratos da Administração Pública federal. No Supremo Tribunal Federal, tramitam Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) contra leis estaduais que estabelecem percentuais para o ingresso de mulheres na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros por concurso público.

Num panorama geral, no que se refere à inserção das mulheres no mercado de trabalho, é correto afirmar que:

- (A) o Estado Democrático de Direito brasileiro, ao reconhecer, na Constituição Federal e nas leis, a igualdade formal entre homens e mulheres, potencializa a igualdade material, que é aquela prevista em lei ao dispor que todos são iguais perante a lei;
- (B) critérios diferenciados em concursos públicos para o ingresso em cargos e funções públicas não são admitidos, ainda que se fale em exigências específicas relacionadas à natureza do cargo;
- (C) o Poder Legislativo pode erigir condição de admissão no sentido de estabelecer percentuais para o ingresso de mulheres em concursos públicos, já que a Constituição Federal prevê que os cargos públicos são acessíveis “na forma da lei”;
- (D) a Constituição Federal proíbe, especificamente no que diz respeito às relações de trabalho, a diferenciação de critério de admissão por motivo de sexo, preceito extensível à admissão no serviço público por expressa disposição constitucional;
- (E) as normas delegam à Administração um espaço de discricionariedade que permite restrições à participação das mulheres nos certames sem que isso configure violação a dispositivos constitucionais pelas leis estaduais.

25

A Convenção Americana de Direitos Humanos, também denominada Pacto de São José da Costa Rica, é o instrumento mais importante de efetivação dos direitos humanos do sistema interamericano. O documento instituiu o denominado Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH), composto por dois órgãos principais: a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH).

Acerca dos mecanismos de implementação do Pacto de São José da Costa Rica, é correto afirmar que:

- (A) o Estado signatário do Pacto de São José da Costa Rica pode ratificar a Convenção Americana de Direitos Humanos e não reconhecer a jurisdição contenciosa da Corte Internacional de Direitos Humanos, já que tal reconhecimento é cláusula facultativa da Convenção;
- (B) o Brasil é Estado-Parte da Convenção desde 1992 e, em 2002, reconheceu a competência contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos;
- (C) o reconhecimento da jurisdição contenciosa da Corte Internacional de Direitos Humanos é obrigatório e feito por declaração específica para todo e qualquer caso, e não somente para determinado caso específico;
- (D) a Corte Interamericana de Direitos Humanos é composta por nove juízes, cuja escolha é feita pelos Estados-Parte da Convenção, em sessão da Assembleia Geral da OEA, de uma lista de candidatos propostos pelos mesmos Estados;
- (E) as vítimas, assim como os Estados-Parte, podem submeter casos diretamente à Corte, sem que haja necessidade de apresentar suas alegações à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Noções de Administração Pública

26

Em uma fundação, a avaliação de desempenho dos gestores contempla os seguintes quesitos: capacidade de desenvolver rede de relacionamentos e troca de informações com instituições externas relevantes; capacidade de obter e analisar informações relevantes sobre a organização e o ambiente externo; e capacidade de adaptar a equipe a processos de mudança.

Esses quesitos da avaliação de desempenho dos gestores estão relacionados, respectivamente, aos seguintes papéis do administrador:

- (A) porta-voz; monitor; líder;
- (B) ligação; monitor; símbolo;
- (C) símbolo; empreendedor; líder;
- (D) ligação; monitor; solucionador de conflitos;
- (E) ligação; empreendedor; solucionador de conflitos.

27

André é o gestor responsável por conduzir melhorias no processo de contas a pagar da organização em que trabalha. Já foram levantados os diversos problemas e identificadas suas causas. Agora, André quer estabelecer a ordem de prioridade das ações de melhoria no processo, considerando: os impactos dos diferentes problemas sobre as pessoas e os resultados; o potencial de agravamento dos diferentes problemas caso não sejam resolvidos; e a urgência na solução de cada problema.

Para auxiliá-lo nessa tarefa, André deve fazer uso da seguinte ferramenta:

- (A) 5W2H;
- (B) matriz GUT;
- (C) diagrama de Gantt;
- (D) diagrama de Pareto;
- (E) diagrama de Ishikawa.

28

Júlia foi promovida e assumiu recentemente a liderança da equipe em que trabalha há cinco anos. A promoção não foi muito bem aceita pelos demais membros da equipe, que julgaram que ela não seria a pessoa com o perfil mais adequado para a função. Júlia está preocupada com a situação, porque sabe que terá pouca autonomia para reconhecer ou punir os membros da equipe. A equipe é composta por seis profissionais experientes e bem capacitados que apresentam forte motivação para o desempenho de suas atribuições. Apoiando-se na teoria da liderança situacional de Hersey e Blanchard, Júlia avalia que a equipe se encontra no nível de prontidão "4".

Considerando que essa avaliação está correta, a teoria da liderança situacional de Hersey e Blanchard aponta que, nessas condições, o estilo mais eficaz de liderança é o:

- (A) diretivo;
- (B) realizador;
- (C) persuasivo;
- (D) participativo;
- (E) delegador.

29

Uma determinada organização pública da área de saúde tem sua estrutura dividida por funções, contemplando, assim, um departamento de apoio administrativo, um departamento de ensino e pesquisa e um departamento de atenção à saúde.

Esse tipo de departamentalização tem como vantagem e desvantagem, respectivamente:

- (A) facilitar o atendimento das necessidades do usuário em suas particularidades; gerar sobreposições;
- (B) obter maior proveito de especializações e economia de escala, mesmo diante de conflitos; reduzir a visão integral;
- (C) otimizar uso de recursos humanos, financeiros e materiais com prazos limitados; causar alta rotatividade em contratações temporárias;
- (D) permitir a instalação de unidades próximas aos usuários, matérias-primas e canais de escoamento; ocasionar duplicidades e aumentos de custos;
- (E) promover a descentralização e facilitar controles e inovação; apresentar custos administrativos elevados e baixa sinergia entre departamentos.

30

Teotônio, procurador da República do Ministério Público Federal, é incumbido de averiguar se Mervaldo, pessoa de interesse em investigação criminal, responde a inquérito civil por ato de improbidade administrativa perante o Ministério Público do Rio de Janeiro.

Nesse caso, à luz da Resolução CNMP nº 276/2023, visando à obtenção de subsídios para a tomada de decisão, Teotônio poderá:

- (A) consultar a Base de Dados do Ministério Público, que retornará informações gerais que constem de processos em qualquer unidade do Ministério Público, sigilosos ou não;
- (B) consultar a Base de Dados do Ministério Público, que retornará informações gerais que constem de processos em qualquer unidade do Ministério Público, desde que não sigilosos;
- (C) consultar o Catálogo de Dados do Ministério Público, que retornará informações gerais que constem de processos em qualquer unidade do Ministério Público, desde que não sigilosos;
- (D) requisitar as informações por ofício eletrônico pela Rede Nacional de Inovação Digital do Ministério Público, a fim de que a unidade consultada autorize a disponibilização das informações gerais que constem de processos ali existentes, sigilosos ou não;
- (E) requisitar as informações pela Plataforma MP Digital, mas, como o processo tramita perante unidade diversa da sua, o compartilhamento dependerá de aprovação do Comitê Gestor do MP Digital, observada a legislação de regência, especialmente a Lei Geral de Proteção de Dados.

MÓDULO II

Legislação Institucional

31

João, membro do Ministério Público Federal, foi promovido ao cargo de subprocurador-geral da República. Pedro, que o assessorava na classe imediatamente anterior da carreira e almejava continuar a fazê-lo, analisou os órgãos jurisdicionais juntos aos quais João poderia vir a atuar, com destaque para o Supremo Tribunal Federal (STF), o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Ao fim de sua análise, Pedro concluiu, corretamente, à luz da Lei Complementar nº 75/1993, que a atuação de João:

- (A) somente pode ocorrer perante o STJ, o que se dá ao ser empossado no órgão do qual será titular;
- (B) pode ocorrer perante os órgãos jurisdicionais indicados, sendo vedado que ocorra perante outros;
- (C) pode ocorrer perante órgãos jurisdicionais diversos dos indicados por autorização do Conselho Superior;
- (D) somente pode ocorrer por delegação do procurador-geral da República perante os órgãos jurisdicionais indicados;
- (E) não pode ocorrer perante o STF, o que é privativo do procurador-geral da República ou do seu substituto imediato.

32

Pedro, servidor ocupante de cargo de provimento em comissão em um dos ramos do Ministério Público da União, foi conivente com certa infração ao código de ética e de conduta da instituição, infração esta que teria sido praticada por Maria, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo.

À luz da sistemática estabelecida no referido código, é correto afirmar que:

- (A) Pedro não está sujeito à disciplina do código;
- (B) a conduta de Pedro não afronta uma vedação estabelecida no código;
- (C) compete à Comissão Permanente de Ética, observado o devido processo legal, aplicar eventual sanção disciplinar a Pedro e a Maria;
- (D) compete à Comissão Permanente de Ética, observado o devido processo legal, aplicar eventual sanção ética a Pedro e a Maria, com recurso ao procurador-geral da República;
- (E) compete à Comissão Permanente de Ética dar ciência à autoridade administrativa competente se verificar indícios de irregularidade administrativa nas condutas de Pedro e Maria.

33

O diretório nacional do partido político Alfa, com representação no Congresso Nacional, encaminhou petição ao Ministério Público Federal (MPF) noticiando que o governador do estado Beta expediria determinação ao seu secretariado no sentido de que fosse descumprida a Lei Federal nº X. Em razão da recusa à execução do que foi estatuído nesse diploma normativo, Alfa almejava que fosse ajuizada representação para que a União interviesse em Beta.

Nessa situação, à luz da sistemática vigente, é correto afirmar que:

- (A) a representação deve ser ajuizada pelo membro do MPF ao qual a petição for distribuída;
- (B) o MPF não pode exercer a consultoria de Alfa; logo, não pode ingressar com a representação almejada;
- (C) a representação, observados os requisitos exigidos, pode vir a ser ajuizada por subprocurador-geral da República;
- (D) o ajuizamento da representação é de competência privativa do procurador-geral da República, que não pode delegá-la;
- (E) o ajuizamento da representação é de competência do procurador-geral da República, que somente pode delegá-la ao vice-procurador-geral da República.

34

Após regular aprovação em concurso público de provas e títulos, Maria tomou posse em cargo de provimento efetivo no âmbito do Ministério Público da União. Pouco tempo depois, decidiu que a melhor opção para o seu desenvolvimento pessoal seria obter uma remoção para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Após analisar a sistemática estabelecida na Lei nº 13.316/2016, Maria concluiu, corretamente, que a referida remoção:

- (A) é expressamente vedada;
- (B) pode ocorrer a partir de livre decisão do procurador-geral da República, para atender à conveniência e oportunidade da administração;
- (C) pressupõe a manifestação de vontade de Maria e o preenchimento dos requisitos estabelecidos no edital que disciplina a remoção;
- (D) pode ocorrer a partir de decisão do procurador-geral da República, exigindo-se que o servidor tenha permanecido na unidade em que foi lotado pelo prazo mínimo de um ano;
- (E) pode ocorrer apenas na modalidade de permuta, em que um servidor lotado no Conselho Nacional do Ministério Público anua em se movimentar para o Ministério Público da União.

35

Joana, servidora da área de integridade do Ministério Público do Trabalho (MPT), questionou o seu superior hierárquico em relação aos alicerces estruturais do plano de integridade da instituição, mais especificamente em relação à competência para editá-lo e à definição da respectiva estratégia de comunicação.

Foi corretamente esclarecido a Joana, considerando a sistemática estabelecida na Portaria PGR/MPU nº 247/2023, que:

- (A) tanto o plano de integridade como a estratégia de comunicação serão elaborados pelo MPT;
- (B) tanto o plano de integridade como a estratégia de comunicação serão elaborados pelo Comitê de Integridade do MPU;
- (C) tanto o plano de integridade como a estratégia de comunicação são estabelecidos pelo procurador-geral da República, não pelo MPT;
- (D) o plano de integridade deve ser editado pelo procurador-geral da República, cabendo ao MPT definir a estratégia de comunicação do âmbito da instituição;
- (E) o plano de integridade pode ser editado pelo MPT caso haja delegação do procurador-geral da República; já a estratégia de comunicação é uniforme em todo o MPU.

Noções de Direito Administrativo

36

O Poder Executivo Federal promoveu, de ofício, o deslocamento de cargo de provimento efetivo ocupado, no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC). A medida foi adotada para ajustamento de lotação e da força de trabalho às necessidades dos serviços.

Nessa situação, é correto afirmar que ocorreu uma:

- (A) redistribuição;
- (B) remoção;
- (C) readaptação;
- (D) reversão;
- (E) substituição.

37

A autoridade administrativa federal competente, no intuito de eliminar situação contenciosa na aplicação do direito público, resolveu celebrar compromisso com os interessados, observando as formalidades previstas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

A respeito do compromisso em questão, é correto afirmar que:

- (A) pode conferir desoneração permanente de dever ou condicionamento de direito reconhecidos por orientação geral;
- (B) deve prever com clareza as obrigações das partes, o prazo para seu cumprimento e as sanções aplicáveis em caso de descumprimento;
- (C) deve produzir automaticamente efeitos retroativos, por expressa determinação legal;
- (D) tem como pressuposto a existência de razões de relevante interesse particular ou geral;
- (E) exige a prévia realização de consulta pública, dispensada a oitiva do órgão jurídico.

38

Determinado órgão da Administração Pública promoveu licitação para a contratação de serviços de engenharia com vistas à reforma de sua sede. Na etapa de julgamento, duas propostas foram idênticas conforme os critérios previstos em edital.

Dentre os critérios de desempate entre duas ou mais propostas adotados pela Lei Federal nº 14.133/2021, é correto apontar:

- (A) o desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;
- (B) a contratação, pelo licitante, de mulheres vítimas de violência doméstica;
- (C) a utilização, pelo licitante, de bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis;
- (D) a contratação, pelo licitante, de oriundos ou egressos do sistema prisional;
- (E) a utilização, pelo licitante, de bens manufaturados e serviços originários de Estados Partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

39

Adalgisa ajuizou ação de indenização por danos morais em face da concessionária de serviço público que realiza a coleta e o tratamento de esgoto em sua cidade. Na inicial, Adalgisa afirmou morar nas redondezas de uma estação de tratamento de esgoto operada pela ré, que emitiria um mau odor causador de profunda violação à sua dignidade humana.

Os elementos de prova produzidos ao longo do processo demonstraram que, de fato, a atividade exercida pela estação de tratamento de esgoto descumpria as normas de regência e causava a emissão de odores fétidos que atingiam a região em que residia Adalgisa, gerando nesta desconforto, frustração, desespero e problemas de saúde, principalmente respiratórios.

Nessa situação, é possível afirmar que:

- (A) a responsabilidade da concessionária de serviço público por danos a terceiros exige a demonstração de dolo ou culpa, sendo possível a inversão do ônus da prova *ope judicis*;
- (B) a responsabilidade da concessionária de serviço público e do poder concedente é solidária, sendo facultado a Adalgisa exigir o pagamento de quaisquer deles na fase de cumprimento de sentença;
- (C) a responsabilidade civil da concessionária de serviço público é objetiva, não havendo necessidade de demonstração de culpa ou dolo de seus agentes;
- (D) a responsabilidade da concessionária de serviço público por danos a terceiros exige a demonstração de dolo ou culpa, assegurada a inversão do ônus da prova *ope legis*;
- (E) a responsabilidade civil da concessionária de serviço público é baseada na teoria do risco integral, não havendo necessidade de demonstração donexo causal entre conduta e resultado danoso.

40

Bertoldo, servidor público federal, praticou conduta escandalosa na repartição e insubordinação grave em serviço, pois, instado pelo seu superior ao cumprimento de certa tarefa inserida nas suas atribuições, respondeu aos gritos que não iria obedecer a ordem, deu um soco no rosto de seu superior e atirou o monitor de seu computador contra a parede. Foi ajuizada ação penal em face de Bertoldo, no bojo da qual foi instaurado incidente de insanidade mental.

Os laudos médicos constataram a enfermidade psíquica de Bertoldo, indicando que o acusado era, ao tempo da ação, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. Com base nisso, o juízo criminal proferiu sentença absolutória imprópria, com imposição de medida de segurança.

Nessa situação, é correto afirmar que, no processo administrativo disciplinar instaurado em desfavor de Bertoldo pelos mesmos fatos:

- (A) é possível a aplicação de pena de demissão, dado o caráter subjetivo das infrações disciplinares e a independência entre as instâncias criminal e administrativa;
- (B) é obrigatória a aplicação de pena de demissão, dado o caráter objetivo das infrações disciplinares e a independência entre as instâncias criminal e administrativa;
- (C) é obrigatória a aplicação de pena de suspensão, dado o caráter objetivo das infrações disciplinares e a independência entre as instâncias criminal e administrativa;
- (D) é possível a aplicação de pena de suspensão, dado o caráter subjetivo das infrações disciplinares e a independência entre as instâncias criminal e administrativa;
- (E) descabe a fixação de sanção administrativa, impondo-se à Administração Pública o dever de avaliar a eventual concessão de licença para tratamento de saúde ou de aposentadoria por invalidez.

Conhecimentos Específicos

41

Goin (2024) avalia que, a partir da sétima década do século XX, uma perspectiva disruptiva emerge nos fundamentos do Serviço Social.

Essa perspectiva pode ser entendida como:

- (A) o debate sobre o verdadeiro objeto do Serviço Social;
- (B) a modernização conservadora nas instituições sociais por meio das políticas sociais;
- (C) a hegemonia da teoria sobre a prática;
- (D) a transição da perspectiva instrumental para a dialética;
- (E) o estabelecimento do divisionismo metodológico nas disciplinas de formação profissional.

42

De acordo com Netto (2008), a partir de 1970, o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina experimentou a divisão da “Grande União” que o caracterizou em seu início.

O autor caracterizou as correntes que se formaram da seguinte maneira:

- (A) neotomismo e abordagem psicossocial;
- (B) perspectiva modernizadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura;
- (C) reformistas-democratas e radical-democratas;
- (D) desenvolvimento associado e dependente, nacional-desenvolvimentismo e revolução socialista;
- (E) intenção de ruptura, cariz tecnocrático e conservadorismo tradicional.

43

O rompimento do Serviço Social com a matriz conservadora a partir da apreensão da teoria marxista e do processo denominado intenção de ruptura implica, no interior da profissão, o seu reconhecimento como:

- (A) ciência;
- (B) habilidade;
- (C) trabalho;
- (D) arte;
- (E) conhecimento.

44

No bojo do processo de renovação do Serviço Social brasileiro, as diretrizes curriculares de 1996 reconhecem a profissão como de natureza eminentemente:

- (A) política;
- (B) assalariada;
- (C) materialista;
- (D) pragmatista;
- (E) interventiva.

45

No processo de discussão das novas diretrizes curriculares (1996), a partir da matriz da teoria marxista, a ABEPSS afirma que as requisições profissionais e as respostas formuladas pelo trabalho profissional possuem como solo o(a):

- (A) Estado;
- (B) política social;
- (C) usuário;
- (D) realidade;
- (E) espaço sócio-ocupacional.

46

De acordo com Iamamoto (2008), a relação que o assistente social estabelece com o seu objeto de trabalho – as múltiplas expressões da questão social – depende:

- (A) do prévio recorte das políticas definidas pelos organismos empregadores, que estabelecem demandas e prioridades a serem atendidas;
- (B) da autonomia para construir o seu processo de trabalho a partir da análise da realidade realizada com instrumental próprio da profissão;
- (C) de rebatimentos da gestão organizacional do trabalho na sua divisão técnica e social que determinam a sua condição de assalariamento;
- (D) de processos de planejamento e escolha dos instrumentos e equipamentos de trabalho que serão utilizados mediante referencial teórico-metodológico;
- (E) da correlação de forças e das relações de poder presentes no espaço sócio-ocupacional, independente da área ou campo de atuação no qual ocorre.

47

Analisando o processo de ruptura com o Serviço Social tradicional ocorrido no final dos anos 1970, Quiroga (1991) afirma que este evidencia, inicialmente, uma “invasão positivista no marxismo”, dado que a abordagem dessa corrente teórica se deu pelo(a):

- (A) modernização conservadora;
- (B) determinismo e economicismo;
- (C) método BH;
- (D) dialética hegeliana;
- (E) revisionismo e estruturalismo.

48

Sobre a emissão de opinião técnica por parte de assistentes sociais, a Resolução CFESS nº 557/2009 prevê que:

- (A) é vedado ao assistente social desrespeitar, em sua manifestada escrita, as conclusões avaliadas pelo conjunto da equipe quando as situações passem por discussões multiprofissionais;
- (B) o assistente social, ao emitir laudos, pareceres, perícias e qualquer manifestação técnica sobre matéria de Serviço Social, não é obrigado a prestar serviços incompatíveis com suas atribuições previstas;
- (C) o assistente social deverá emitir sua opinião técnica somente sobre o que é de sua área de atuação e de sua atribuição legal, para a qual está habilitado e autorizado a exercer;
- (D) é dever do assistente social participar de trabalhos interdisciplinares com outras categorias profissionais;
- (E) relatórios conjuntos com profissionais de outras áreas podem conter a descrição dos instrumentos utilizados pela equipe, mas a opinião técnica deve ser apresentada em separado pelo assistente social.

Texto 1

O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), conhecido como o Congresso da Virada, teve impacto determinante na ruptura com o conservadorismo no Serviço Social (Boschetti, 2009). A partir dessa afirmação e refletindo sobre o sentido desse Congresso no processo de construção do Projeto Ético-Político, responda as questões a seguir.

49

Os debates ocorridos no III CBAS (texto 1) rebateram liminarmente no Código de Ética de 1986, ao incorporar uma abordagem teórico-crítica que:

- (A) sustenta os pilares do projeto ético-político da profissão;
- (B) representa as bases do marxismo enviesado;
- (C) traz uma concepção revolucionária de mundo;
- (D) introduz o humanismo holístico na classe trabalhadora;
- (E) estabelece novas atribuições e competências profissionais.

50

A recusa ao conservadorismo, conforme referido no texto 1, desborda no âmbito da formação profissional, uma vez que a revisão curricular de 1982 se propõe a romper com:

- (A) a perspectiva hegemônica da reatualização do conservadorismo;
- (B) o metodologismo, o politicismo e o teoricismo;
- (C) a coesão entre o funcionalismo e o estruturalismo;
- (D) o pluralismo existente na profissão até então;
- (E) o estabelecimento de um novo paradigma profissional.

51

Ao sustar o avanço do autoritarismo conservador no interior do Serviço Social, a “virada” provocada pela ocorrência do III CBAS, como citado no texto 1, buscou construir um projeto profissional:

- (A) baseado no socialismo, visando à emancipação humana;
- (B) voltado para a universalização da proteção social;
- (C) consonante com as várias vertentes teóricas da profissão;
- (D) dirigido para a eliminação da “questão social”;
- (E) articulado a um projeto societário não capitalista.

52

Ao analisar o papel das instituições, Faleiros (1986) afirma que:

- (A) a modernização das instituições implica um aumento da eficiência e da eficácia no trabalho do Serviço Social, permitindo uma maior participação da população nas decisões dos rumos institucionais;
- (B) os serviços que são prestados pelas instituições possuem como objetivo principal a intervenção sobre um determinado “problema social” com o objetivo de promover sua resolução;
- (C) as instituições utilizam os saberes profissionais como uma das maneiras de construir a aceitação pelo público-alvo da autoridade legal-normativa e impõem o enquadramento à burocracia organizacional;
- (D) a dimensão organizacional define o papel de uma instituição, uma vez que na organização é possível prever e planejar todas as possibilidades de atuação institucional e suas respectivas fases e procedimentos;
- (E) as práticas de corrupção produzidas pelas relações clientelistas e autoritárias nas instituições terminam por também corromper os usuários, criando um ciclo vicioso que caracteriza as práticas institucionais no Brasil.

53

Sobre a Resolução CFESS nº 569/2010, que versa sobre a relação entre Serviço Social e práticas terapêuticas, é correto afirmar que:

- (A) a associação ou vinculação de assistentes sociais a intervenções que visam a tratar de problemas psíquicos e psicossomáticos implica a apuração de possíveis responsabilidades éticas ou disciplinares;
- (B) tratamentos psicossociais são permitidos na prática de assistentes sociais em razão de vasta bibliografia, consolidada nos EUA e publicada no Brasil, que permite um embasamento metodológico para fundamentar tais práticas;
- (C) as práticas do Serviço Social podem ser qualificadas como clínicas nos casos em que o serviço ao qual o assistente social é vinculado possui caráter terapêutico;
- (D) fica vedado o trabalho sistêmico com grupos em Serviço Social, tendo em vista o caráter clínico e terapêutico que o constitui;
- (E) fica vedada a associação de terapias individuais e grupais à prática dos assistentes sociais, permitindo-se as práticas vinculadas a terapias comunitárias mediante sua mobilização.

54

De acordo com o Código de Ética Profissional vigente, é correto afirmar, em relação ao sigilo profissional, que:

- (A) a revelação do sigilo profissional será admitida após se haverem esgotado todos os recursos e esforços para que o próprio cliente se disponha a revelá-lo;
- (B) assegura-se o direito à inviolabilidade do domicílio do consultório, dos locais de trabalho e respectivos arquivos;
- (C) o assistente social deve guardar discrição no que concerne ao exercício de sua profissão, sobretudo quanto à intimidade das vidas particulares, dos lares e das instituições onde trabalhe;
- (D) em trabalho multidisciplinar só poderão ser prestadas informações dentro dos limites do estritamente necessário;
- (E) a quebra do sigilo só é admissível quando se tratar de situação cuja gravidade possa trazer prejuízos aos interesses da classe trabalhadora.

55

A organização da categoria profissional que se tornou o epicentro das formulações mais críticas sobre a sociedade e o Serviço Social durante o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina é o(a):

- (A) CBCISS;
- (B) CELATS;
- (C) CFAS;
- (D) FITS;
- (E) UCISS.

56

Sobre a Resolução CFESS nº 845/2018, que dispõe sobre a atuação profissional do(a) assistente social em relação ao processo transexualizador, é correto afirmar que:

- (A) o assistente social deve reivindicar a inclusão de sua opinião técnica em todos os procedimentos relacionados às transformações corporais;
- (B) os termos da Resolução não se aplicam a crianças e adolescentes que manifestem identidade de gênero trans, por se tratar de pessoas em desenvolvimento biopsicossocial;
- (C) nos documentos técnicos e registros profissionais, as pessoas trans devem ser sempre identificadas com seu nome social acompanhado de seu nome civil;
- (D) a defesa da utilização do nome social de pessoas trans é um dever do(a) assistente social;
- (E) o(a) assistente social pode utilizar a prerrogativa de objeção de consciência caso não concorde em acompanhar sujeitos que buscam as transformações corporais.

57

De acordo com a ABEPSS, um dos pressupostos norteadores da formação profissional de assistentes sociais no Brasil é:

- (A) o Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista;
- (B) os fundamentos do trabalho profissional do Serviço Social se articulam em torno da tríade História, Teoria e Método, permitindo assim uma compreensão dos fundamentos históricos e da relação entre teoria e prática;
- (C) o estágio supervisionado em Serviço Social é o momento mais importante da formação profissional de assistentes sociais, por permitir que o corpo discente faça a articulação entre teoria e prática;
- (D) o caráter ontológico da ética profissional permite a afirmação de valores que representam uma teleologia do Serviço Social capaz de permitir um protagonismo de assistentes sociais na eliminação das formas de exploração, opressão e dominação;
- (E) o Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho a partir do processo de racionalização de práticas de assistência anteriores ao surgimento das políticas sociais.

58

Constitui competência dos Conselhos Regionais de Serviço Social:

- (A) estabelecer os sistemas de registro dos profissionais habilitados;
- (B) funcionar como Tribunal Superior de Ética Profissional;
- (C) fixar, em assembleia da categoria, as anuidades que devem ser pagas pelos assistentes sociais;
- (D) orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de assistente social;
- (E) fiscalizar os cursos de Serviço Social de acordo com a legislação vigente, que dispõe sobre as diretrizes curriculares.

59

Constitui infração ética cometida por assistente social:

- (A) emprestar seu nome e registro profissional a firmas, organizações ou empresas para simulação do exercício efetivo do Serviço Social;
- (B) não cumprir, no prazo estabelecido por notificação, determinação emanada do órgão ou autoridade dos Conselhos, em matéria destes;
- (C) exercer a profissão em qualquer âmbito de atuação quando estiver em impedimento de fazê-lo;
- (D) fazer ou apresentar declaração, documento falso ou adulterado, perante o CRESS ou ao CFESS;
- (E) exercer o Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

60

É consenso que o Movimento de Reconceituação representou uma alternativa ao chamado Serviço Social tradicional. No entanto, esse processo não deixou de ser criticado pelos representantes do conservadorismo profissional.

De acordo com Netto (1981), os setores refratários à Reconceituação alegam que esse processo:

- (A) impôs modelos de teoria profissional descolados de sua prática cotidiana;
- (B) desprofissionalizou a profissão ao trabalhar fora das instituições assistenciais;
- (C) conduziu à insegurança, à angústia e à desorientação profissional;
- (D) introduziu a politização na profissão por meio das políticas sociais;
- (E) reforçou o ecletismo na profissão no âmbito da prática profissional.

61

A atual conjuntura brasileira apresenta um quadro francamente regressivo em termos do conjunto dos direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora. Nesse contexto, de acordo com Duarte (2018), ganha relevância o trabalho social com famílias.

Entretanto, essa proeminência aporta também perspectivas conservadoras no interior da profissão, dentre as quais se pode citar:

- (A) prescritivismo familiar;
- (B) emancipação assistencializada;
- (C) vulnerabilização das famílias
- (D) meritocracia punitiva;
- (E) endogeneização das famílias.

62

Ao analisar a relação entre as políticas sociais e o Serviço Social, Raichelis (2018) afirma que aquelas constituem:

- (A) a matéria-prima fundamental para o trabalho do assistente social junto à população demandante de serviços e direitos sociais;
- (B) a base da requisição do Serviço Social a partir da necessidade, por parte de agentes profissionais, de controlar a classe trabalhadora em suas reivindicações;
- (C) a política do Estado capitalista moderno na tentativa de controlar o operariado organizado, o que demanda um corpo profissional especializado;
- (D) a mediação privilegiada, embora não exclusiva, para o trabalho profissional e base institucional que impulsiona a profissionalização de assistentes sociais;
- (E) a materialização do trabalho do assistente social nos diversos espaços sócio-ocupacionais em que esse profissional está funcionalmente inserido.

63

Ao analisar a nova morfologia do trabalho no Serviço Social, Raichelis (2018) afirma que, no âmbito do mercado de trabalho, observa-se a ampliação de processos de:

- (A) empregabilidade segmentada, a partir de especializações específicas;
- (B) subcontratação de serviços individuais;
- (C) desemprego estrutural, dado o enxugamento das políticas sociais;
- (D) exponenciação de concursos para terceirizados;
- (E) requisição de gestores sociais.

64

Ruth foi obrigada a mudar de cidade devido aos vários episódios de violência física e psicológica praticados por seu marido. Na nova cidade, procurou a rede pública de educação para matricular seus filhos menores de idade. Entretanto, foi informada de que, por não haver mais vagas disponíveis, ela deveria se dirigir a outro município.

Ao procurar o Serviço Social, ela foi informada de que, de acordo com a Lei Maria da Penha:

- (A) a direção da escola mais próxima do domicílio da mulher em situação de violência, seja ela pública ou privada, é obrigada a receber os filhos menores até haver uma vaga definitiva;
- (B) caso a rede pública de educação não tenha vaga para os dependentes menores, a rede de educação privada é obrigada a recebê-los;
- (C) os filhos menores serão matriculados no estabelecimento público de educação em que houver vaga, e a Prefeitura ofertará transporte, caso seja necessário;
- (D) a mulher em situação de violência doméstica e familiar tem prioridade para matricular seus dependentes em instituição de educação básica mais próxima de seu domicílio;
- (E) configurando-se a ausência de vagas na rede pública próxima ao domicílio, não há o que possa ser feito, e os dependentes menores serão matriculados onde houver vaga.

65

De acordo com o Sisnad, o tratamento do usuário ou dependente de drogas será:

- (A) efetivado na residência do usuário, ambiente residencial, mediante atividades práticas de valor educativo e a promoção do desenvolvimento pessoal, vocacionada para acolhimento ao usuário ou dependente de drogas;
- (B) ordenado em uma rede de atenção à saúde, com prioridade para as modalidades de tratamento ambulatorial, incluindo excepcionalmente formas de internação em unidades de saúde e hospitais gerais;
- (C) realizado por uma equipe multidisciplinar, respeitando-se prioritariamente o desejo do usuário no que diz respeito à sua modalidade;
- (D) orientado por protocolos técnicos predefinidos, baseados em evidências científicas, de modo que toda a conduta terapêutica seja monitorada por uma equipe médica especializada;
- (E) decretado a requerimento do Ministério Público, em hospital específico, a partir de demanda da família do usuário, tendo como respaldo laudo médico que justifique a medida.

66

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência propugna que compete ao SUS desenvolver ações destinadas à prevenção de deficiências por causas evitáveis, inclusive por meio de:

- (A) interrupção da gestação;
- (B) remoção de barreiras;
- (C) controle genotípico;
- (D) protocolo de procedimentos de avaliação psicossocial inicial;
- (E) expansão dos programas de imunização e de triagem neonatal.

67

Ao atender Moana, uma jovem com 20 anos portadora de deficiência intelectual, o assistente social Sérgio observa que a moça se encontra em situação de total dependência, pois não possui família ou amigos na cidade.

Sérgio então encaminha a usuária ao Serviço de Acolhimento do Sistema Único de Assistência Social, a fim de que ela seja colocada em uma unidade de:

- (A) albergamento social;
- (B) atendimento pessoal;
- (C) residência inclusiva;
- (D) tecnologia assistiva;
- (E) moradia para a vida independente.

68

Durante o atendimento a um estudante, a assistente social Carina fica sabendo que um dos professores mantém um Clube de Cinema no qual exhibe cenas de sexo explícito ou pornográficas envolvendo criança ou adolescente.

Carina deve comunicar a direção da escola, pois se trata de um(a):

- (A) delito grave;
- (B) infração;
- (C) conduta imprópria;
- (D) crime;
- (E) atentado ao pudor.

69

As medidas específicas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) forem ameaçados ou violados. Em relação a essas medidas, analise os princípios a seguir.

- I. Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos.
- II. Intervenção precoce, pois a intervenção das autoridades competentes deve ser efetuada logo que a situação de perigo seja conhecida.
- III. Obrigação de escolarização e profissionalização, devendo, sempre que possível, ser utilizados os recursos existentes na comunidade.

São princípios das medidas específicas de proteção à criança e ao adolescente:

- (A) I, apenas;
- (B) II, apenas;
- (C) I e II, apenas;
- (D) II e III, apenas;
- (E) I, II e III.

70

Ao argumentar que a reunião é um instrumento estratégico para o trabalho do assistente social, Vasconcelos (2024) afirma que essa ferramenta é utilizada pelo Serviço Social como:

- (A) instrumento de aproximação/comunicação/diálogo individual e coletivo;
- (B) solução para problemas de ordem psicológica e/ou social;
- (C) forma de trabalhar os indivíduos como objeto de transformação da sua realidade;
- (D) instrumento que viabiliza a permanente análise técnico-crítica de apoio e alívio de tensão nas famílias;
- (E) estratégia de mobilização da classe trabalhadora no sentido de reivindicar direitos e políticas sociais.

71

As políticas urbanas implementadas nestas primeiras décadas do século XXI objetivam a aplicação de estratégias que fomentem a revalorização e a especulação imobiliária por meio de projetos de revitalização, de requalificação urbana, da urbanização de favelas e de programas habitacionais (Freire, 2024).

Nesse sentido, para a apreensão da forma como as políticas públicas urbanas vêm sendo materializadas, é fundamental a compreensão da categoria:

- (A) alienação;
- (B) totalidade;
- (C) expropriação;
- (D) hegemonia;
- (E) gentrificação.

72

Júlio tem 13 anos de idade e se encontra em um programa de acolhimento institucional. Lá, ele conheceu Tamires, uma jovem senhora que se dispôs a proporcionar-lhe vínculos externos à instituição que viabilizassem convivência familiar e comunitária e colaboração com o seu desenvolvimento nos aspectos social, moral, físico, cognitivo, educacional e financeiro.

Esse conjunto de atitudes descreve:

- (A) a curatela;
- (B) a adoção;
- (C) a família substituta;
- (D) o programa de reinserção familiar;
- (E) o apadrinhamento.

73

Com a entrada em vigor da Lei nº 13.104/2015, o feminicídio passa ser tipificado como crime:

- (A) de perigo;
- (B) hediondo;
- (C) omissivo;
- (D) comum;
- (E) de dano.

74

Veruska é uma travesti que foi presa por uma contravenção em um estabelecimento prisional masculino. Ela solicita ser recolhida a uma unidade feminina.

Segundo o Conselho Nacional do Ministério Público:

- (A) os criminosos serão instalados na unidade prisional que apresente o maior número de vagas, sendo-lhes garantido atendimento protetivo e o respeito aos direitos em razão de sua orientação sexual ou identidade de gênero;
- (B) a pessoa apenada deverá ser levada a uma unidade prisional que corresponda ao seu gênero de nascimento, uma vez que não há como garantir a privacidade nesses estabelecimentos;
- (C) as travestis deverão ser encaminhadas para as unidades prisionais masculinas, considerando sua segurança e especial vulnerabilidade;
- (D) a pessoa LGBTI+ deve ser resguardada de qualquer transferência compulsória entre celas e alas, posto que é considerado tratamento desumano e degradante;
- (E) as travestis, as pessoas transexuais masculinas e femininas e pessoas intersexuais possuem o direito ao recolhimento em unidades prisionais femininas mediante declaração de vontade específica.

75

A Resolução nº 2, de 6 de dezembro de 2011, do Ministério da Saúde, estabelece estratégias e ações que orientam o Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

O Plano Operativo é estruturado em quatro eixos estratégicos, sendo um deles:

- (A) atenção aos problemas decorrentes do uso prolongado de hormônios femininos e masculinos para travestis e transexuais;
- (B) eliminação da discriminação decorrente das homofobias, como a lesbofobia, gayfobia, bifobia, travestifobia e transfobia;
- (C) educação permanente e educação popular em saúde com foco na população LGBT;
- (D) estratégias que promovam o cuidado com adolescentes lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais;
- (E) conteúdos relacionados à saúde da população LGBT, com recortes étnico-racial e territorial, no material didático usado em escolas públicas.

76

Luiza tem 25 anos de idade, está gestante e mora na rua. Deu entrada em um hospital público em trabalho de parto. Após o nascimento de sua filha, preocupa-se com a assistência à recém-nascida. O assistente social é chamado a intervir.

Ele sabe que, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente:

- (A) o Serviço Social deverá buscar abrigo para a mãe e a recém-nascida a partir da consulta à disponibilidade na rede socioassistencial pública, bem como em entidades filantrópicas e ONG;
- (B) a recém-nascida deverá ser encaminhada para a adoção, uma vez que sua mãe vive na rua e o Estatuto propugna que todas as medidas deverão ser tomadas no interesse maior da criança;
- (C) a mãe, após a alta hospitalar, tem o direito de ir para onde quiser, inclusive voltar para a rua e lá permanecer, uma vez que detém o poder familiar;
- (D) os serviços de saúde onde o parto foi realizado assegurarão às mulheres e aos seus filhos recém-nascidos contrarreferência na atenção primária, bem como o acesso a outros serviços e a grupos de apoio à amamentação;
- (E) o Conselho Tutelar deverá ser acionado e notificado da situação, a fim de providenciar abrigo e alimentação para a mãe e sua filha.

77

A Portaria GM/MS nº 2.236/2021 dispõe sobre o Cadastro Nacional de Usuários do SUS, instituindo a identificação de pessoas nos sistemas de informações de saúde por meio de um número de registro nacional.

De acordo com essa portaria, será dispensada a identificação de pessoas nos registros de informações de saúde quando houver a impossibilidade de obter dados que garantam sua identificação unívoca, como nos casos de:

- (A) crianças;
- (B) população de rua;
- (C) acidentados graves;
- (D) idosos;
- (E) população prisional.

78

As situações enfrentadas por diferentes povos tradicionais constituem desafios para a atuação e intervenção do assistente social.

Para Costa *et al.* (2023), essas intervenções ocorrem onde se evidenciam:

- (A) as interdições à cultura, à identidade e aos costumes dos povos originários;
- (B) os efeitos dos processos de expropriação territorial a que estes povos são submetidos;
- (C) a construção social e étnica dos grupamentos e tribos do público demandatário;
- (D) o desconhecimento das especificidades e da vida cotidiana dos povos das florestas;
- (E) a incompreensão dos pareceres técnicos que enfatizam a ancestralidade desta população.

79

De acordo com o Plano Nacional de Políticas para Povos Ciganos, os povos ciganos são considerados:

- (A) eurocêntricos;
- (B) originários;
- (C) tradicionais;
- (D) nômades;
- (E) étnicos.

80

Sâmara, assistente social em um hospital, é responsável pela pediatria. Nessa condição, ela atende Paula, a diretora de uma escola privada, que solicita informações sobre uma aluna do Jardim de Infância que está sempre doente, com várias pneumonias durante o ano e um emagrecimento visível. Sâmara sabe que a criança em questão é HIV+, pois a acompanha, bem como à sua família. Percebendo a preocupação de Paula, Sâmara informa que não pode comunicar o diagnóstico da criança sem a autorização dos pais, mas sugere que Paula procure alguma doença que provoque a falência do sistema imunológico a ponto de os indivíduos estarem sempre doentes e magros.

De acordo com a Lei nº 14.289/22, a conduta de Sâmara está:

- (A) correta, pois a criança pode colocar outros alunos em risco de contaminação, na medida em que está em contato muito próximo com eles;
- (B) parcialmente correta, uma vez que a assistente social não deveria mencionar os pais da criança;
- (C) incorreta, porque legalmente a assistente social está obrigada a garantir o sigilo das informações que eventualmente permitam a identificação da condição da criança;
- (D) correta, pois se trata de uma doença de notificação compulsória e altamente contagiosa;
- (E) incorreta, uma vez que é de competência exclusiva do médico atender a situações de doenças transmissíveis.

PROVA DISCURSIVA

O futuro do planeta Terra está se voltando para os demais planetas do sistema solar. Um assessor do novo presidente americano diz ter a intenção de chegar a Marte em pouco tempo, preocupação que também mostra a China. Ocorre, porém, que essas conquistas custam milhões e milhões de dólares, que poderiam ser empregados para a solução de problemas terrenos. Afinal de contas, as conquistas espaciais são um bom investimento, ou não? Que ganho poderíamos ter com elas?

Diga o que pensa a respeito do tema, elaborando um texto dissertativo-argumentativo, em linguagem culta, com no mínimo 20 e no máximo 30 linhas.

Valor: 40 pontos.

1

5

10

15

20

25

30

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

Realização

